



Ana Cruz
Azer M.

ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

Ata Número Quatro

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu a **Assembleia de Freguesia de Moinhos da Gândara em sessão Ordinária**, na Sede da Junta de Freguesia, em Quinta dos Vigários, concelho de Figueira da Foz.

Com a seguinte ordem de Trabalho(s):

1.º Período Antes da Ordem do Dia

- 1.1.** Informação do Presidente da Assembleia de Freguesia;
- 1.2.** Apreciação e Votação da Ata da última sessão – 24 de abril de 2026;
- 1.3.** Intervenções de Carácter Geral.

2.º Período da Ordem do Dia

- 2.1.** Informações escritas do Presidente da Junta de Freguesia;

3.º Período Destinado à Intervenção do Público.

Estiveram presentes:

LUÍS MANUEL SIMÕES MATIAS – PRESIDENTE

ANA CLÁUDIA RODRIGUES CRUZ - 1º SECRETÁRIA

JOÃO CARLOS RODRIGUES MARQUES - 2º SECRETÁRIO

ANA MARGARIDA FAJARDO MARINHEIRO – VOGAL

GONÇALO MARQUES GASPAR - VOGAL

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES DE OLIVEIRA – VOGAL

NÉLIO FILIPE GOMES DE OLIVEIRA – VOGAL



Ana Cruz
Ana M.

ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

OLGA EDUARDA GONÇALVES FELAMINO – VOGAL

RAFAEL FELAMINO CURTO - VOGAL

Registou-se que o equipamento de gravação não se encontrava a funcionar, tendo sido efetuada gravação através de telemóvel pessoal para efeitos de redação da presente ata.

A discussão das ordens de trabalho foi a seguinte:

1.º Período Antes da Ordem do Dia

1.1. Informação do Presidente da Assembleia de Freguesia

O Presidente da Assembleia de Freguesia informou que o Regimento da Assembleia havia sido enviado a todos os seus elementos. Refere ainda que um ponto abordado na Assembleia anterior não tinha cumprido o Regimento, designadamente no que respeita à possibilidade de intervenção do Tesoureiro em Assembleia.

Informou ainda que as respostas aos pedidos de esclarecimento elaborados pelo Executivo e enviados por correio eletrónico poderiam ser posteriormente lidas em Assembleia, para conhecimento público.

Foi também referido que o assunto relativo ao Dia da Freguesia havia sido encaminhado.

Relativamente à documentação solicitada, foi referido que o Plano Plurianual de Investimentos para 2026 havia sido enviado por correio eletrónico, bem como a justificação apresentada pelo Executivo relativamente à não remessa do Plano de Atividades.

1.2. Apreciação e Votação da Ata da última sessão – 24 de abril de 2026

Dispensada a leitura da ata da sessão de 24 de abril de 2026 por já ser do conhecimento de todos os membros, a mesma foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 4 abstenções (Vogal José Oliveira, Vogal Nélcio Oliveira, Vogal Rafael Curto e Vogal Olga Felamino) e 5 votos a favor (Presidente Luís Matias, 1ª Secretária Ana Cláudia Cruz, 2º Secretário João Marques, Vogal Ana Marinheiro, Vogal Gonçalo Gaspar).

O Vogal Rafael Curto declarou dispensar a leitura da ata, apresentando, contudo, alguns reparos, nomeadamente quanto à numeração e paginação, que considerou incorretas apenas nos anexos. Referiu tratar-se de uma tarefa difícil e agradeceu a abertura da Mesa para aceitar e integrar as sugestões de correção que havia enviado.



ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

*Ana Gues
Aus M.*

Relativamente às intervenções do público e aos esclarecimentos prestados, foi referido pelo Vogal Rafael Curto que, na sessão anterior, não teriam sido prestados esclarecimentos no momento, por o Executivo não ter respondido. O Presidente da Assembleia contrapôs que haviam sido prestados esclarecimentos ao público pelo Presidente da Junta Gilberto Oliveira. Foi ainda referido que, nesta sessão, o público deveria efetuar inscrição por escrito para poder intervir, tendo o Presidente da Assembleia esclarecido que os cidadãos que cumpram as condições para intervir podem fazê-lo.

O Vogal Rafael Curto pediu a palavra para fazer uma declaração de voto e esclareceu que a sua abstenção não significava discordância relativamente ao conteúdo, mas decorria do pouco tempo de antecedência com que a ata havia sido enviada. Foi reconhecido o atraso, tendo sido referido que, futuramente, a ata poderá ser enviada antes das informações do Executivo.

1.3. Intervenções de Carácter Geral

A Vogal Olga Felamino começou por agradecer a presença do Dirigente Sindical Pedro Carvalho. De seguida, afirmou que o Regimento não teria sido cumprido, designadamente os artigos 21º e 32º, no que respeita à antecedência exigida para o envio da convocatória, ordem de trabalhos e atas, referindo que o Presidente da Mesa teria ignorado a questão, o que compromete a sua função de fiscalização. Refere ainda que a documentação relativa ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades se encontrava incompleta. Termina solicitando que o seu protesto fique registado em ata (anexo 1) e afirma pretender que o Presidente da Mesa assuma as suas responsabilidades.

No seguimento desta intervenção, foi referido que a bancada da oposição não estaria a impedir o Executivo de trabalhar, mas antes a exigir o cumprimento das regras e da lei, no âmbito da fiscalização da atividade do Executivo e da defesa dos interesses dos fregueses. Foi também defendido que deveriam ser deixados de lado posicionamentos de vitimização e que o trabalho deveria ser desenvolvido em cumprimento das regras e da lei.

A Vogal Olga Felamino questionou ainda se o reencaminhamento de convites constituía uma provocação, referindo que era a segunda vez que tal acontecia. O Presidente da Assembleia esclareceu que se tratavam de situações distintas, tendo a Vogal manifestado a expectativa de que tal situação não voltasse a ocorrer.

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, foi esclarecido pelo Presidente da Assembleia Luís Matias que havia sido reencaminhada a documentação recebida, tendo sido partilhada a página que havia sido disponibilizada. A Vogal Olga Felamino esclareceu que



*Ana Cruz
Ana M.*

ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

considerava estar em causa um conjunto de três documentos distintos e que continuava a faltar o Plano de Atividades.

O Presidente da Assembleia referiu não ter encontrado disposição que impusesse a apresentação daquele Plano de Atividades, nem no Regimento, admitindo, contudo, que a questão pudesse vir a ser corrigida ou esclarecida.

Questionado pela Vogal Olga Felamino sobre a existência de um Plano de Atividades em anos anteriores ao atual mandato, o Presidente da Assembleia referiu que não tinha encontrado, no que havia investigado, uma obrigatoriedade nesse sentido, ficando o assunto para esclarecimento em próxima Assembleia.

A Secretária do Executivo Daniela Eulálio referiu que não existia formação específica no Executivo para algumas das funções a desempenhar e recordou que já tinha sido mencionado que, em dezembro, não havia sido elaborado o Plano de Atividades, por desconhecimento sobre o procedimento a seguir e por não terem sido encontradas, na correspondência e documentação do ano anterior, indicações nesse sentido.

O Vogal José Oliveira afirmou que ninguém nasce ensinado, considerando que a questão poderia ter sido explicada anteriormente, e felicitou a honestidade da intervenção.

O Vogal Rafael Curto referiu que algumas das respostas apresentadas não coincidiam com a resposta enviada por correio eletrónico, designadamente quanto à relação entre o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades que o Executivo pretendesse desenvolver. Referiu ainda que o Plano de Atividades complementa o orçamento e que o Executivo é orientado pela empresa de contabilidade.

A Vogal Olga Felamino reiterou que, no seu entendimento, o Plano de Atividades era obrigatório e que os documentos de uma entidade pública deveriam ser públicos, afirmando que tal não estaria a acontecer.

O Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira referiu que, segundo a empresa que presta serviços de contabilidade à Junta há vários anos, o Plano de Atividades constitui um documento de natureza política que complementa o Plano Plurianual de Investimentos. Considerou que, não tendo sido apresentado em dezembro, não faria sentido elaborá-lo naquele momento, tratando-se do primeiro ano do atual mandato, e admitiu que, provavelmente, no dezembro seguinte já não faltaria qualquer documento.

O Vogal Nélcio Oliveira informou que pretendia apresentar à Assembleia um requerimento/protesto formal relativo às atas publicadas no sítio da Junta de Freguesia, defendendo que as mesmas deveriam estar devidamente assinadas, sequenciais e sem possibilidade de alteração. Referiu, designadamente, a existência de folhas soltas sem numeração oficial, a ausência de rubricas em todas as páginas dos documentos, a



ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

*Arca 6/13
Arca 17*

necessidade de todas as páginas intermédias serem rubricadas, a adoção de numeração oficial cronológica integrada nos documentos da autarquia e a inutilização de espaços em branco. Referiu ainda que a Junta dispõe de *software* para elaboração de atas e defendeu que este deveria ser utilizado, nomeadamente através de um livro contínuo, propondo também a correção das atas anteriores do atual mandato.

O Vogal José Oliveira abordou o espaço de atendimento ao público, questionando a justificação apresentada e referindo que, durante os oito anos anteriores, a planta oficial do Executivo não teria causado qualquer questão ao Presidente da Junta. Manifestou preocupações relacionadas com a privacidade auditiva e visual, bem como com a exposição de documentos de trabalho num local de passagem. Questionou ainda se uma planta datada de 1999/2000 poderia justificar o cumprimento do RGPD de 2018, e se a alteração dos serviços tinha sido formalmente comunicada e autorizada pela Câmara Municipal, solicitando, caso existisse, a apresentação da documentação correspondente.

A Secretária do Executivo Daniela Eulálio informou que responderia posteriormente, após conhecimento do procedimento adotado pela Junta.

O Vogal Rafael Curto questionou a justificação para a existência de dinheiro para uma reserva financeira, tendo em conta a variabilidade das receitas da Junta ao longo do ano e a existência de receitas de derrama. Foi esclarecido, pelo Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira, que a manutenção de uma reserva permitiria salvaguardar situações inesperadas, seguindo orientações da empresa de contabilidade. O Vogal Rafael Curto perguntou ainda se a Junta de Freguesia cobra derrama, tendo o Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira respondido que julgava que não. O Vogal Rafael Curto esclareceu então que as freguesias não obtêm receitas de derrama, sendo esta cobrada apenas pelos municípios, e aconselhou o Executivo a ter maior cuidado no uso de inteligência artificial na elaboração das respostas. Nesta sequência, o Vogal José Oliveira afirmou que o orçamento continuava incorreto, designadamente quanto ao valor de base, considerando que o dinheiro deveria estar distribuído por várias rubricas, para utilização quando necessário. O Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira voltou a esclarecer que as opções adotadas resultaram das orientações e da proposta da empresa de contabilidade.

Não havendo mais intervenções, deu-se início ao período da Ordem do Dia.

2.º Período da Ordem do Dia:

2.1. Informações escritas do Presidente da Junta de Freguesia



ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

Ana Guiz
Aze M.

A Secretária do Executivo Daniela Eulálio procedeu à leitura das informações escritas.

Nesta sequência, o Vogal José Oliveira questiona em que rubrica se encontravam cerca de 26 mil euros, tendo o Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira esclarecido que o montante não se encontrava cabimentado numa rubrica específica, estando, contudo, salvaguardado.

O Vogal José Oliveira questiona ainda a situação de reabilitação da Rua do Barroco, na Gestinha, bem como de outras ruas mencionadas, que estariam previstas para 2025, referindo que existia discordância relativamente à prioridade atribuída em relação a outras intervenções. Foi esclarecido, pela Secretária do Executivo Daniela Eulálio que, na passada quarta-feira, um elemento da Câmara Municipal não compareceu na Freguesia, sem justificação, mantendo-se, contudo, as obras em causa em primeiro lugar relativamente às intervenções solicitadas no atual mandato.

O Vogal José Oliveira colocou ainda questões relativas ao plano orçamental, nomeadamente quanto à reduzida receita gerada. Relativamente à rubrica 02.01.21.02 – bens diversos, foi referido que já havia sido utilizada cerca de 43% da verba, tendo sido questionado quais os bens adquiridos. A Secretária do Executivo Daniela Eulálio indicou como exemplos despesas relacionadas com *Maquitudo*, *Lidl*, *MEO*, *Continente*, *Fernando Azenha*, *Helenos* e empresa de vinil das portas, enquadradas na aquisição de bens e serviços, tendo ficado indicada a prestação de resposta mais completa posteriormente.

Quanto à rubrica 02.02.14, relativa aos serviços prestados pela empresa *Data Mind* na área da contabilidade, o Vogal Rafael Curto questionou como, em cinco meses, tinha sido atingida uma execução de 69% do valor dotado, perguntando se tal decorria de mais serviços ou de aumento de preços. Foi recordado, pelo Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira que, na Assembleia de 24 de abril, tinha sido referido o aumento de serviços até ao final de dezembro, em virtude da ausência da assistente técnica, tendo sido necessário reforçar o apoio para assegurar o normal funcionamento da contabilidade da Junta. Foi mencionado um reforço de seis horas mensais, bem como a renovação do contrato com novas condições, faturada no início desses meses e com vigência de um ano.

Quanto à rubrica 02.02.25 – outros serviços, foi questionada, pelo Vogal José Oliveira, a utilização de 66% da verba. Foram referidas, pela Secretária do Executivo Daniela Eulálio, adjudicações de empreitadas e serviços, nomeadamente sistemas de rega, instalação de eletricidade, instalação informática, atualização do *software* da piscina e serviços da empresa *Letimark*.

O Vogal Rafael Curto questionou a abertura da piscina, nomeadamente quanto ao horário e aos preços, tendo em conta o constrangimento relacionado com o nadador-salvador. Foi esclarecido, pela Secretária do Executivo Daniela Eulálio, que se mantinham os preços



ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

*Amã 6/3
Auc M.*

assim como o horário das 12h00 às 20h00, correspondente a oito horas diárias, e que às terças e quintas-feiras haveria aulas de natação. Foi ainda referido que, após uma reunião com a Figueira Surf Rescue, a presença do nadador-salvador na piscina, sendo obrigatória para o bom e seguro funcionamento da mesma, tem um valor mensal de 1600 euros.

Foi ainda questionada, pelo Vogal Rafael Curto, a execução de uma verba de 20 mil euros, referindo-se que apenas 1,8% tinha sido executado, mencionando a existência de diversas situações rodoviárias, abatimentos e outras ocorrências que teriam sido notificadas, não resolvidas pela Junta, à semelhança do que teria acontecido em mandatos anteriores. A Secretária do Executivo Daniela Eulálio esclareceu que algumas dessas situações não eram da responsabilidade da Junta e que, assim, tinham sido solicitados apoios às entidades competentes. Além disso, e aproveitando apoios da Câmara, de forma a preservar também o orçamento da Junta, a encontravam-se a aguardar baldes de massa, que, entretanto já tinham sido levantados.

3.º Período Destinado à Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia recorda que as intervenções do público devem respeitar o Regimento.

Foram prestados esclarecimentos aos cidadãos relativamente a assuntos diversos.

A Freguesa Jacinta Rodrigues referiu que havia enviado uma mensagem de correio eletrónico a solicitar o registo da sua intervenção da Assembleia passada em ata. O Presidente da Assembleia esclareceu que não tinha recebido qualquer mensagem no endereço da Assembleia e solicitou que a mesma fosse enviada diretamente para esse endereço, que poderia fornecer.

A Freguesa abordou ainda a questão da limpeza das ruas da Freguesia, que não considera suficiente. Foi referido, pela Secretária do Executivo Daniela Eulálio e pelo Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira, que a contratação de uma empresa para tal poderia representar um custo na ordem dos 500 a 600 euros por dia e informou que o assunto estava a ser analisado. O Vogal José Oliveira intervém referindo que a contratação de uma pessoa poderia ser mais viável em termos de custos, considerando até que a Junta dispõe de máquinas adequadas para a realização dos vários trabalhos. Foi mencionado, pela Secretária do Executivo Daniela Eulálio que, através do Programa Mais Ativação, tinha sido integrado um novo colaborador na Freguesia, reforçando a equipa com homens, e um assistente operacional, embora este segundo estivesse previsto apenas por dois meses.



*Ana Luis
Ana M.*

ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

A Freguesa Carla Felamino questionou acerca das respostas às questões colocadas pelo público na Assembleia anterior, referindo que as mesmas não tinham chegado aos fregueses, nem por correio eletrónico nem durante a presente Assembleia. Requereu que as respostas enviadas por escrito por correio eletrónico à oposição fossem partilhadas.

Além disso, questionou também o reforço de seis horas de trabalho de uma empresa de contabilidade, referindo que a assistente técnica tinha estado de baixa por um curto período e que tinha iniciado funções em 1 de janeiro, considerando que a empresa continuava, à data, a desempenhar funções da assistente técnica e que tal representaria uma aplicação desnecessária de dinheiro dos fregueses, dado que a assistente técnica teria capacidade para desempenhar tais funções. O Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira referiu que a questão já tinha sido esclarecida, mas voltou a explicar que, no final de dezembro, existiam faturas por submeter e não havia informação sobre a data de regresso da assistente técnica, tendo a contabilidade emitido alertas. Perante essa situação, a empresa de contabilidade assumiu tais tarefas e, no final de dezembro, sem perspetiva de regresso da assistente, o Executivo teve de tomar uma decisão, uma vez que não poderia entrar em incumprimento. O Vogal Rafael Curto questionou a duração e o regime de contratação, nomeadamente qual o regime de contratação pública adotado, referindo a possibilidade de ajuste direto, uma vez que a empresa já prestava serviços à Junta. O Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira esclareceu que a duração era de um ano, tendo a Secretária do Executivo Daniela Eulálio respondido, em seguida, que o regime adotado era o de ajuste direto.

O cidadão André Curto questionou a ausência do Presidente da Junta. O Presidente da Assembleia, Luís Matias, esclareceu que o Presidente da Junta de Freguesia, Gilberto Oliveira, tinha enviado um correio eletrónico à Mesa da Assembleia a informar que não poderia estar presente na sessão por motivos pessoais. Referiu ainda uma situação relacionada com uma carta enviada pela Câmara Municipal para retirada de veículos da sua propriedade, questionando a razão pela qual não teria sido previamente contactado pela Junta enquanto freguês. O Tesoureiro do Executivo Carlos Ferreira esclareceu que a situação não tinha sido dirigida contra aqueles fregueses, mas sim comunicado à GNR que um freguês tinha informado existir dificuldade de acesso a determinada estrada, concretamente a Rua dos Moleiros. O cidadão André Curto insistiu que estava mencionado explicitamente o terreno de Carla Felamino, solicitando o acesso ao correio eletrónico através do qual a situação teria sido comunicada à Câmara Municipal. O Executivo negou ter apresentado diretamente a queixa à Câmara Municipal.

O cidadão Luís Gaspar menciona ainda o investimento na piscina, questionando se faria sentido efetuar pedidos à Câmara Municipal quando existia dinheiro disponível que não estaria



Ana Cruz
A. S. M.

ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

distribuído pelas rubricas. A Secretária do Executivo Daniela Eulálio respondeu que os pedidos são feitos à Câmara Municipal para que a Junta possa salvaguardar o dinheiro para outras situações que a Câmara não possa financiar.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será distribuída a todos os membros da Assembleia de Freguesia para posterior aprovação e que vai ser assinada pelos presentes.

Quinta dos Vigários, 19 de junho de 2026

O Órgão Deliberativo:

O Presidente de Assembleia de Freguesia

Luís Manuel Simões Matias

- Luís Manuel Simões Matias -

1.º Secretária de Assembleia de Freguesia

Ana Cláudia Cruz

- Ana Cláudia Rodrigues Cruz -

2.ª Secretário de Assembleia de Freguesia

João Carlos Rodrigues Marques

- João Carlos Rodrigues Marques -



ASSEMBLEIA FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Figueira da Foz

CONTRIBUINTE N.º 507 371 917

Vogal

Ana Margarida Fajardo Marinheiro
- Ana Margarida Fajardo Marinheiro -

Vogal

Gonçalo Marques Gaspar
- Gonçalo Marques Gaspar -

Vogal

José Augusto Simões de Oliveira
- José Augusto Simões de Oliveira -

Vogal

Nélio Filipe Gomes de Oliveira
- Nélio Filipe Gomes de Oliveira -

Vogal

Olga Eduarda Gonçalves Felamino
- Olga Eduarda Gonçalves Felamino -

Vogal

Rafael Felamino Curto
- Rafael Felamino Curto -

Anexo 1

1.3 – Intervenções de Caráter Geral

Primeira Intervenção:

“Boa noite, Senhor Presidente da Mesa, Membros do Executivo, Colegas Eleitos e Público Presente.

Peço a palavra para este Ponto de Ordem porque o início desta Assembleia está fustigado por um atropelo inaceitável às regras democráticas e ao Regimento que todos jurámos cumprir nesta sala.

No passado dia 15 de junho, esta bancada enviou um e-mail formal a esta Mesa, a alertar para o facto de estarmos em incumprimento dos Artigos 21.º e 32.º do nosso Regimento. À data, a escassos dias desta sessão, continuávamos sem receber o projeto de ata da sessão anterior e as informações escritas do Senhor Presidente da Junta. Documentos estes que deveriam ter sido remetidos com uma antecedência.

E qual foi a resposta do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o órgão que tem o dever de zelar pela legalidade e imparcialidade desta Assembleia?

O Senhor Presidente limitou-se a ignorar o nosso e-mail institucional e a reencaminhar-nos um convite do Executivo para as festividades do Dia da Freguesia.

Senhor Presidente Luís Matias, lamento imenso ter de lhe recordar isto, mas a Mesa da Assembleia de Freguesia não é uma comissão de festas nem um balcão de relações-públicas do Executivo. É um órgão soberano de fiscalização. Responder a uma interpelação séria da oposição sobre a violação do Regimento com um convite festivo é uma profunda falta de respeito, um ato de violação institucional e uma provocação que esta bancada não tolera.

A nossa função de fiscalização foi gravemente prejudicada. E a prova de que este desleixo com os documentos é geral e está no facto de o próprio Executivo, quando finalmente me enviou o Plano Plurianual de Investimentos, ter enviado um documento incompleto: apenas a Página nº 2, ocultando as restantes, com as devidas datas e assinaturas. Para além de não me ter sido enviado, conforme a lei exige, o Plano de Atividades para 2026.

O Sr. Presidente de Mesa, teve o cuidado de verificar o documento do PPI que me enviou, se o mesmo estava correto? Ou limitou-se a encaminhar sem sequer efetuar essa verificação?

O que se passa nesta Freguesia? Escondem-se páginas de documentos, ignoram-se os prazos da lei e goza-se com o trabalho dos eleitos locais?

Senhor Presidente da Mesa, exijo que este protesto conste obrigatoriamente e de forma detalhada na ata desta sessão. Exijo que assuma aqui as suas responsabilidades enquanto órgão supremo desta Assembleia e que peça desculpa aos eleitos por esta atitude lamentável. Se o Executivo quer gerir a Freguesia como se fosse o seu quintal privado, a Mesa da Assembleia tem a obrigação de lhe impor limites, e não de se fazer cúmplice da ocultação de documentação a ser remetida aos eleitos locais desta bancada, ignorando as consequências que daí lhe possam advir.”

Segunda Intervenção

“Uso da palavra neste período de intervenções gerais para repor a verdade sobre uma história sem fundamento que temos visto a ser replicada/espalhada junto da nossa

comunidade. Refiro-me à desculpa, repetida várias vezes pelo Senhor Presidente da Junta, de que esta bancada da oposição “não deixa o Executivo trabalhar”.

Importa, por isso, fazer **um esclarecimento muito simples e direto sobre a realidade dos votos nesta Assembleia de Freguesia:**

Primeiro: O Senhor Presidente da Junta e a sua equipa têm a maioria absoluta. O Executivo tem, sozinho, todos os votos que necessita para aprovar os seus orçamentos, as suas medidas e os seus projetos. Na prática, esta bancada não tem, nem nunca teve, capacidade para bloquear ou chumbar uma única iniciativa que vocês queiram aprovar.

Segundo: Se o Executivo não trabalha, ou se as coisas não avançam ao ritmo desejado, essa responsabilidade é única e exclusivamente vossa, e nunca por culpa de quem está na oposição. Tendo a maioria dos votos, só não trabalham se não quiserem, ou não souberam fazer!

Senhor Presidente, exigir que o Orçamento traga o Plano de Atividades, exigir que os bens da Freguesia estejam inventariados, ou exigir que as atas não sejam feitas em folhas soltas sem assinatura, não é “não deixar trabalhar”. É exigir que se cumpra a lei. A função da oposição nesta Assembleia não é bater palmas à gestão do Executivo, mas sim fiscalizar o vosso trabalho. Nós fomos eleitos para garantir que o dinheiro e os interesses dos nossos fregueses são geridos com total transparência.

Termino, portanto, com um apelo: deixem de lado o papel de vítimas, que não ajuda em nada a Freguesia nem fala a verdade à população. Aproveitem a maioria que os fregueses vos deram e trabalhem por Moinhos da Gândara, mas **trabalhem cumprindo as regras e a lei**. Da parte da nossa bancada, encontrarão sempre muito rigor e uma firmeza total na exigência de que a lei seja cumprida, e todo o apoio nas propostas bem elaboradas e fundamentadas que tragam benefícios para a nossa freguesia.”



Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Moinhos da Gândara Luís Manuel Simões Matias

Assunto: Requerimento e Protesto Formal – Insuficiência de Controlo Interno, Insegurança Documental e Salvaguarda da Integridade das Atas deste Órgão Deliberativo

José Oliveira, Olga Felamino, Nélcio Oliveira e Rafael Curto, na qualidade de membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Moinhos da Gândara, vêm, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 11.º do Regimento desta Assembleia, apresentar o presente **Requerimento Protesto Formal**, com base nos fundamentos de facto e de direito que a seguir se expõem:

- Constatou-se que a ata da Sessão Ordinária realizada em 17 de dezembro de 2025, publicada no site oficial da Junta de Freguesia, foi lavrada em folhas soltas, sem qualquer numeração sequencial oficial de registo que identifique univocamente o documento no arquivo desta autarquia;
- Mais se verificou que a referida ata apresenta uma numeração de páginas executada de forma estritamente manual e, de forma ainda mais grave, **carece em absoluto de rubricas dos membros da Mesa em todas as suas páginas intermédias** (da página 1 à página 7), contendo assinaturas exclusivamente na sua última folha (página 8);
- No âmbito do Direito Administrativo Português, a produção de atas em folhas soltas através de processadores de texto comuns, sem as rubricas em todas as páginas intermédias, constitui uma grave falha de formalidades essenciais. Esta prática gera uma severa vulnerabilidade documental, quebrando a cadeia de custódia e comprometendo a garantia de fidedignidade do texto ali registado;
- Tal omissão técnica viola o **Código do Procedimento Administrativo (CPA)**, que impõe a obrigação de assegurar a integridade total do processo administrativo, bem como **Princípio da Boa Administração**, que exige rigor, transparência e segurança na gestão dos documentos públicos



Face ao exposto, requeremos a V. Exa., enquanto Presidente da Mesa garanta a legalidade dos trabalhos, que:

- Seja determinado, com efeitos imediatos para a ata da presente sessão e sessões subsequentes, que **todas as páginas intermédias das atas sejam obrigatoriamente rubricadas por todos os membros da Mesa**, inviabilizando qualquer risco de adulteração ou substituição de folhas soltas;
- As atas deste Órgão Deliberativo passem a adotar uma numeração oficial, cronológica e sequencial automatizada, integrada nos sistemas de gestão documental da autarquia;
- O presente Requerimento e Protesto Formal seja, em conformidade com o Artigo 32.º do Regimento e regras gerais de direito, **obrigatoriamente registado em ata e a ela apenso como documento anexo integrante.**

Moinhos da Gândara, 19 de junho de 2026.

Augusto Pereira

Olga Flamingo

Juliana

Rafael Felpino

Membros da Assembleia de Freguesia de Moinhos da Gândara

Data: 19-06-26

Recebido: *João Manuel Sousa*